



associação para a
Promoção e desenvolvimento
da Sociedade da Informação

Apresentação Pública
Modelos de Governação na
Sociedade da Informação e do
Conhecimento

21 de Abril de 2009
Fundação Calouste Gulbenkian

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

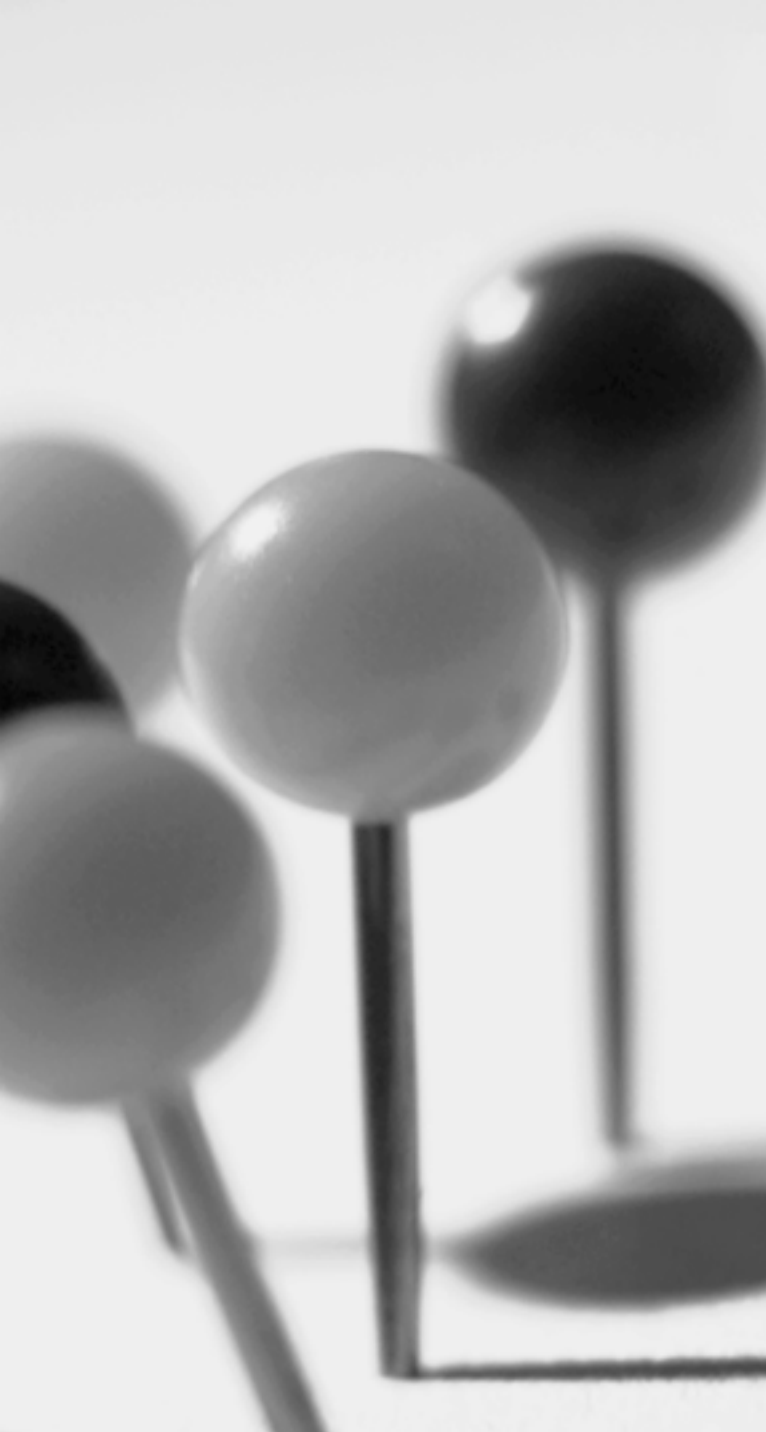
Luís Borges Gouveia

Patrocinadores
Específico



Patrocinadores
Globais



A decorative background on the left side of the slide features several spheres of varying shades of gray and black, each mounted on a thin black stick. The spheres are arranged in a somewhat vertical line, with some overlapping. The sticks are positioned at different angles, creating a sense of depth and movement. The overall aesthetic is clean and modern.

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

Estudo APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Luis Borges Gouveia

21 de Abril de 2009

Agenda

- O estudo
- A equipa
- O relatório
- O tema
- As recomendações

Agradecimentos



O estudo

- Modelos de Governação
 - da governação
 - ...à e-governação
- Sociedade da Informação e do Conhecimento
 - o Digital
 - a Economia do Conhecimento
- e-governo
 - Estado
 - Administração Pública (central e local)

Estudo

- Objectivos
 - Reflectir sobre os modelos de governação na Sociedade da Informação
 - Enquadrar o tema no contexto actual de uma nova realidade económica e social
 - Avaliar o potencial e impacte face à Economia do Conhecimento
 - Proporcionar um documento de reflexão para a sociedade civil e decisores políticos
 - Propor um conjunto de recomendações

Equipa

- Contribuíram para o estudo:
 - Carlos Carvalho
 - Feliz Ribeiro Gouveia
 - José Manuel Moreira
 - José Ruivo
 - Luís Borges Gouveia
 - Nuno Correia Neves
 - Pedro Gomes
- Coordenador:
 - Luís Borges Gouveia

O relatório

- Constituído por um documento de 105 páginas
 - Sumário executivo + 10 capítulos
 - Corpo principal, 51 páginas
 - Contribuições individuais, 41 páginas
 - Lista de referências, 5 páginas

 - Figuras:
 - 14 (corpo principal) e 8 (contribuições)
 - Referências:
 - 54 (corpo principal) e 36 (contribuições)

3. A Economia do Conhecimento

Embora o estudo do contexto da Sociedade da Informação seja essencialmente o estudo do recurso a tecnologia e o seu impacto, não se esgota nestes temas.

Uma das suas dimensões essenciais são os acontecimentos de Setembro de 2008, ainda mais sensível esta dimensão, a definição das prioridades de acção. A organização de créditos e produtos financeiros tem um carácter de transição e ruptura e proporcionam respostas adequadas para o médio prazo.

Crise do subprime

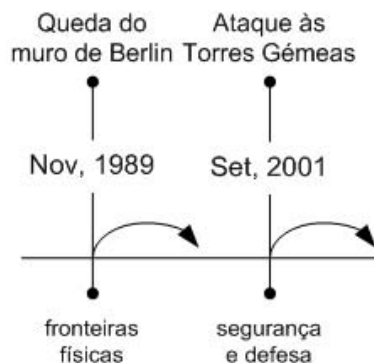


Figura 1: Sucessão de acontecimentos

É possível verificar, em maior ou menor medida, a influência da globalização e mesmo das preocupações com o ambiente, que introduziram práticas diferenciadas e que contribuíram para uma sucessão de acontecimentos associados com o território e a transformação de percepção e uso

Glocalização identifica a personalidade do local (nas suas dimensões sociais e culturais) face à projecção global, imposta pelo fenómeno da globalização.

A situação actual, caracterizada por ser muito volátil e mutável, é difícil de caracterizar face aos tradicionais modelos económicos e dificulta a opção por perspectivas mais ou menos estáveis. As variáveis mudam e as suas relações também, sendo objecto de recombinação. Deste modo, a geometria variável e dinâmica com que se percebe a realidade, permite constatar que o factor de mudança é agora uma constante. Neste contexto, tanto os esforços de análise e diagnóstico tem de ser rapidamente transportados para a prática, para serem efectivos, como a sua prática se tem tornado mais interactiva e baseada na acção – reflexão, ao invés de estudos preliminares de grande profundidade, cujo o próprio tempo de realização os torna obsoletos.

Geometria variável e o variável como invariante

O digital e a sua relação com a Sociedade da Informação e do Conhecimento é óbvia. No entanto, mesmo a sua influência com o fenómeno da globalização deve ser considerado. São diversas as suas implicações (Gouveia e al., 2009):

Globalização

- Globalização das finanças e capitais;
- Globalização dos mercados e estratégias (em particular a concorrência);
- Globalização da tecnologia e do conhecimento;
- Globalização dos modos de vida, dos padrões de consumo - globalização cultural;
- Globalização das capacidades reguladoras e de governação.

Uma discussão exaustiva das alterações no sistema internacional provocadas pelo fenómeno da globalização é realizada Gouveia e al. (2009). Neste contexto cabem enormes oportunidades a que correspondem desafios de igual dimensão e que

O relatório – corpo principal

- 1. Introdução**
- 2. O Contexto Actual**
- 3. A Economia do Conhecimento**
- 4. A Transição: a organização em rede**
- 5. Da governação à e-governacção**
- 6. Modelos de governacção**
- 7. Recomendações**

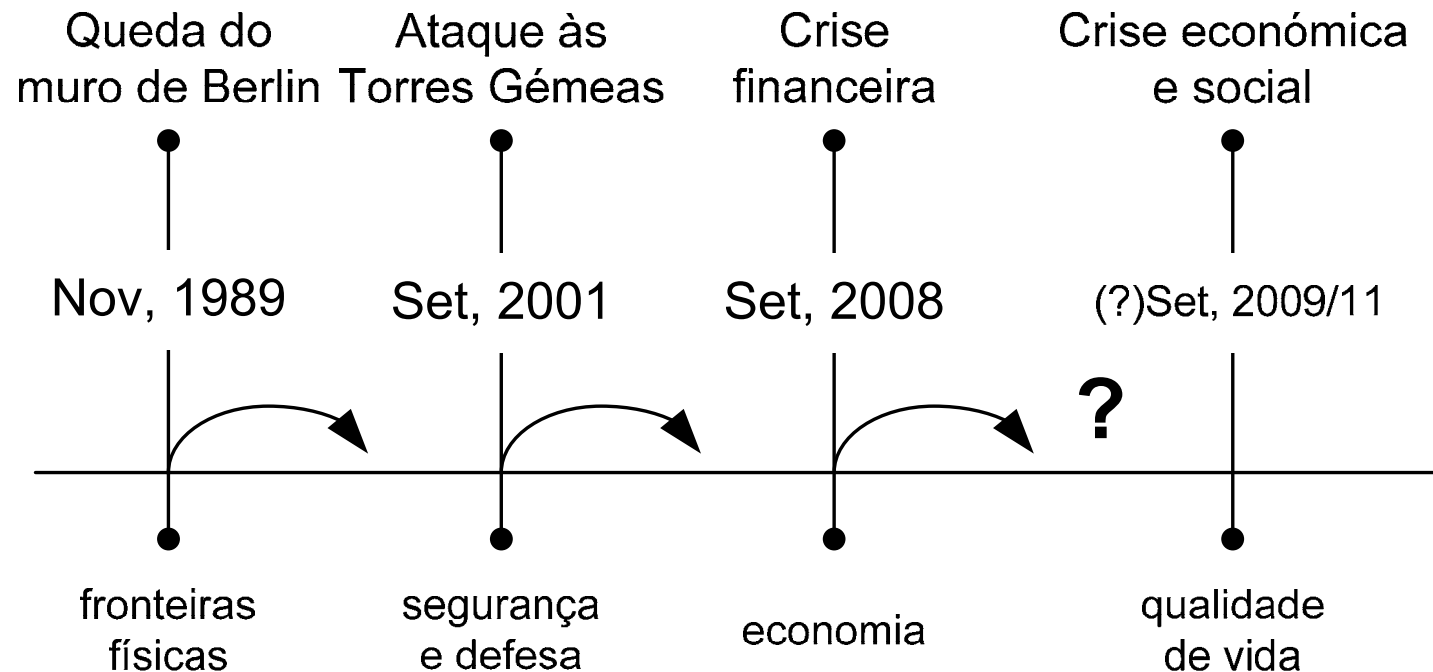
e referências

O relatório

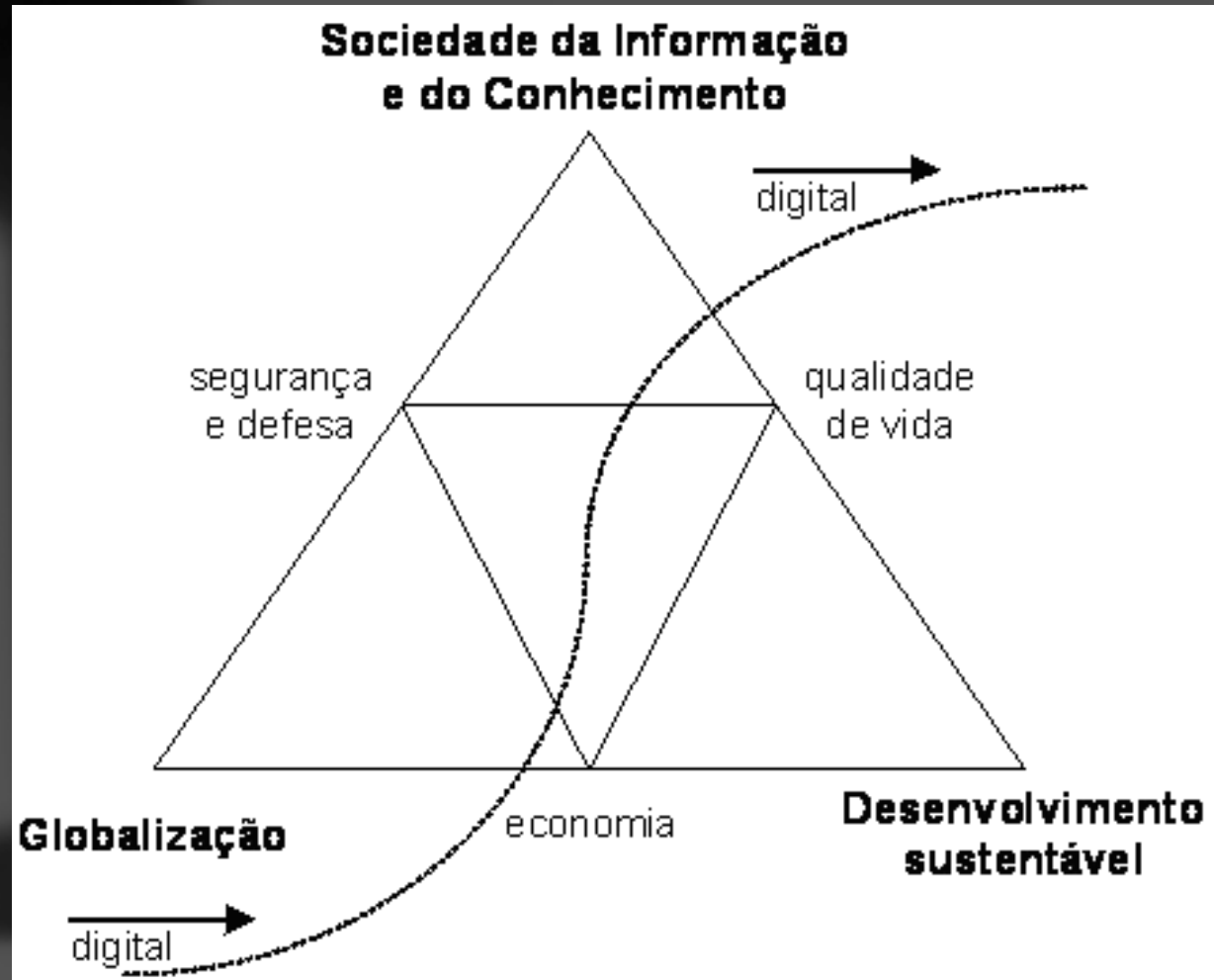
- contribuições individuais

1. “Governance” e o Direito na Sociedade da Informação e do Conhecimento, Carlos Carvalho
2. Governação e a Gestão da Informação, Feliz Ribeiro Gouveia
3. Para uma outra forma de olhar para a “coisa pública”, José Manuel Moreira
4. A Maturidade na Gestão das Tecnologias de Informação. José Ruivo
5. O Emprego de Sistemas de Informação na Gestão de Recursos Humanos do Exército, Nuno Neves
6. A importância das certificações nas tecnologias de informação, Pedro Gomes

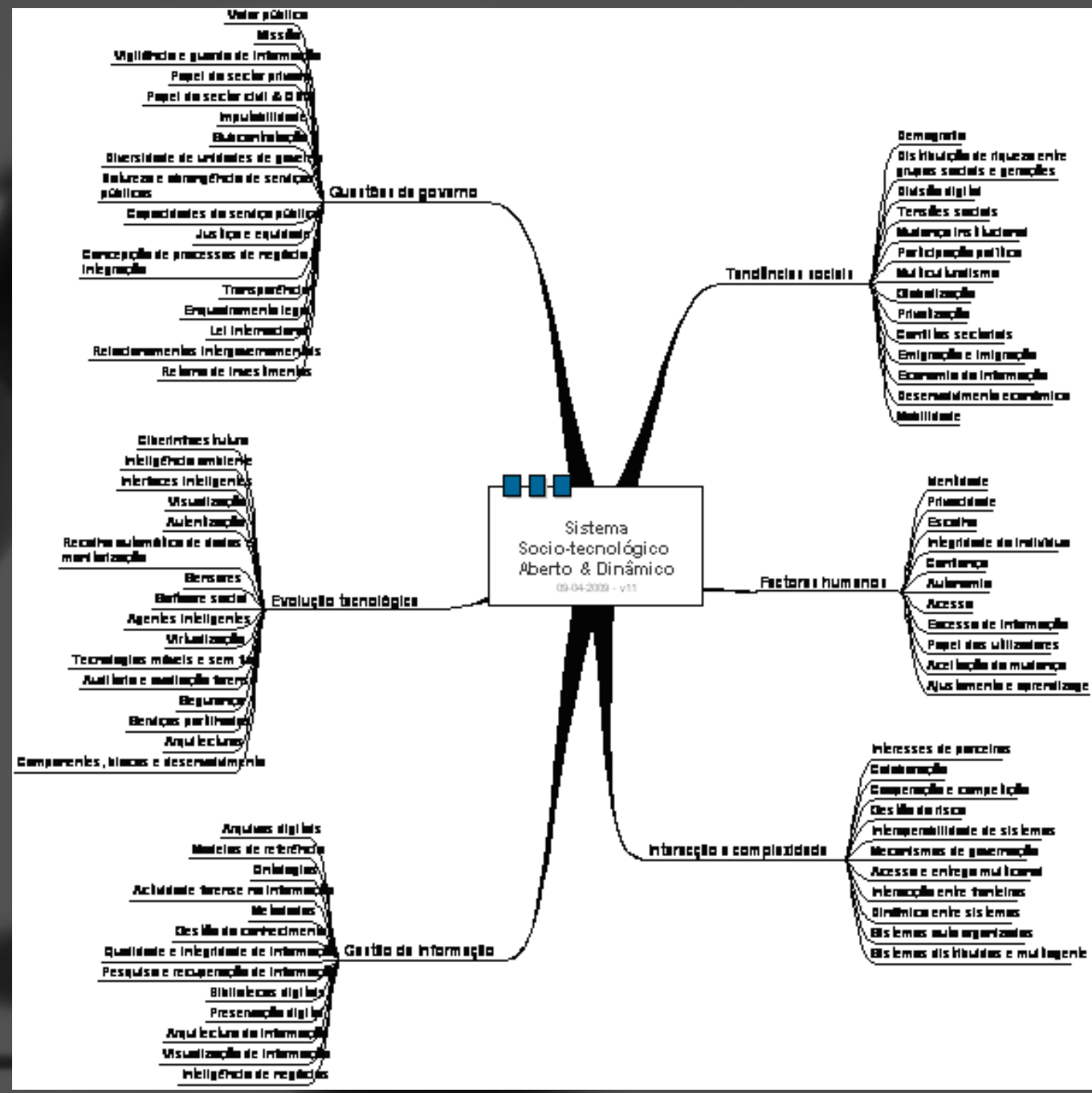
O tema: enquadramento



“ O rolo compressor ”



O tema



Alternativas de conceptualização Finger e Pécoud (2003)

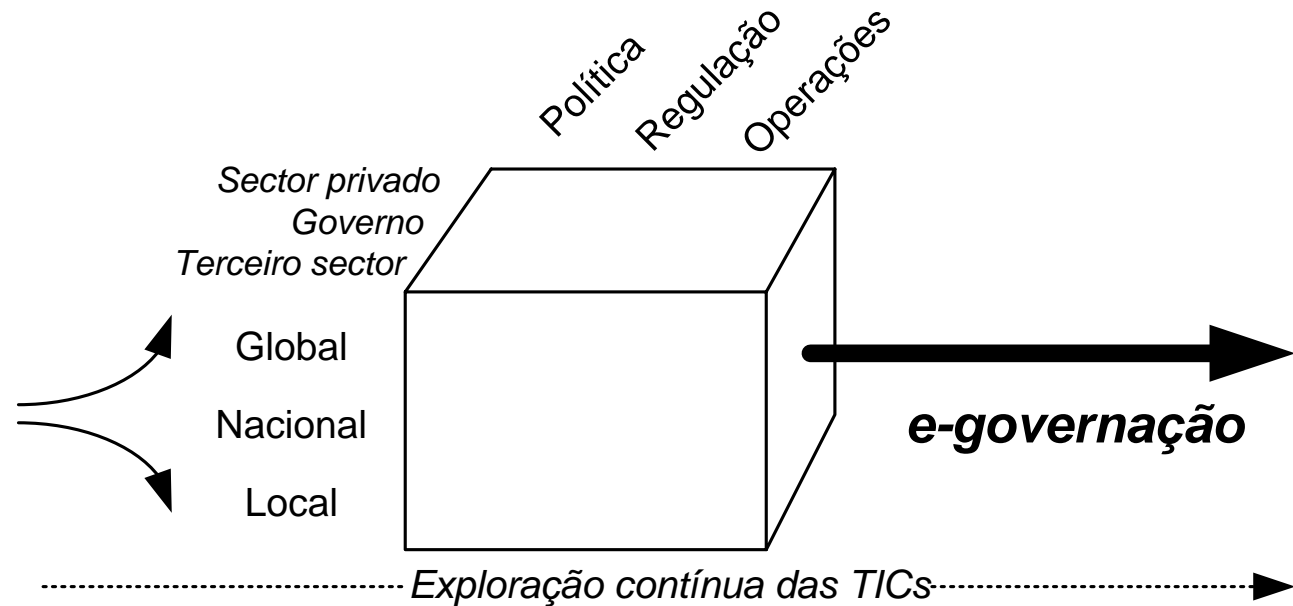
e-governança como	satisfação do cliente	processos e interacções	ferramentas
<i>Níveis de políticas</i>	Nacional e por vezes local	Nacional e local	Nacional e por vezes local
<i>Actores</i>	Consumidores, administração	Público e privado	Estado
<i>Funções de políticas</i>	Operações, prestação de serviços	Operações e produção de políticas	Em geral, prestação de serviços
<i>Uso de TICs</i>	Substituição e comunicação	Interacção	Baseado na tecnologia

Nova Administração Pública Navarra e Cornford (2004)

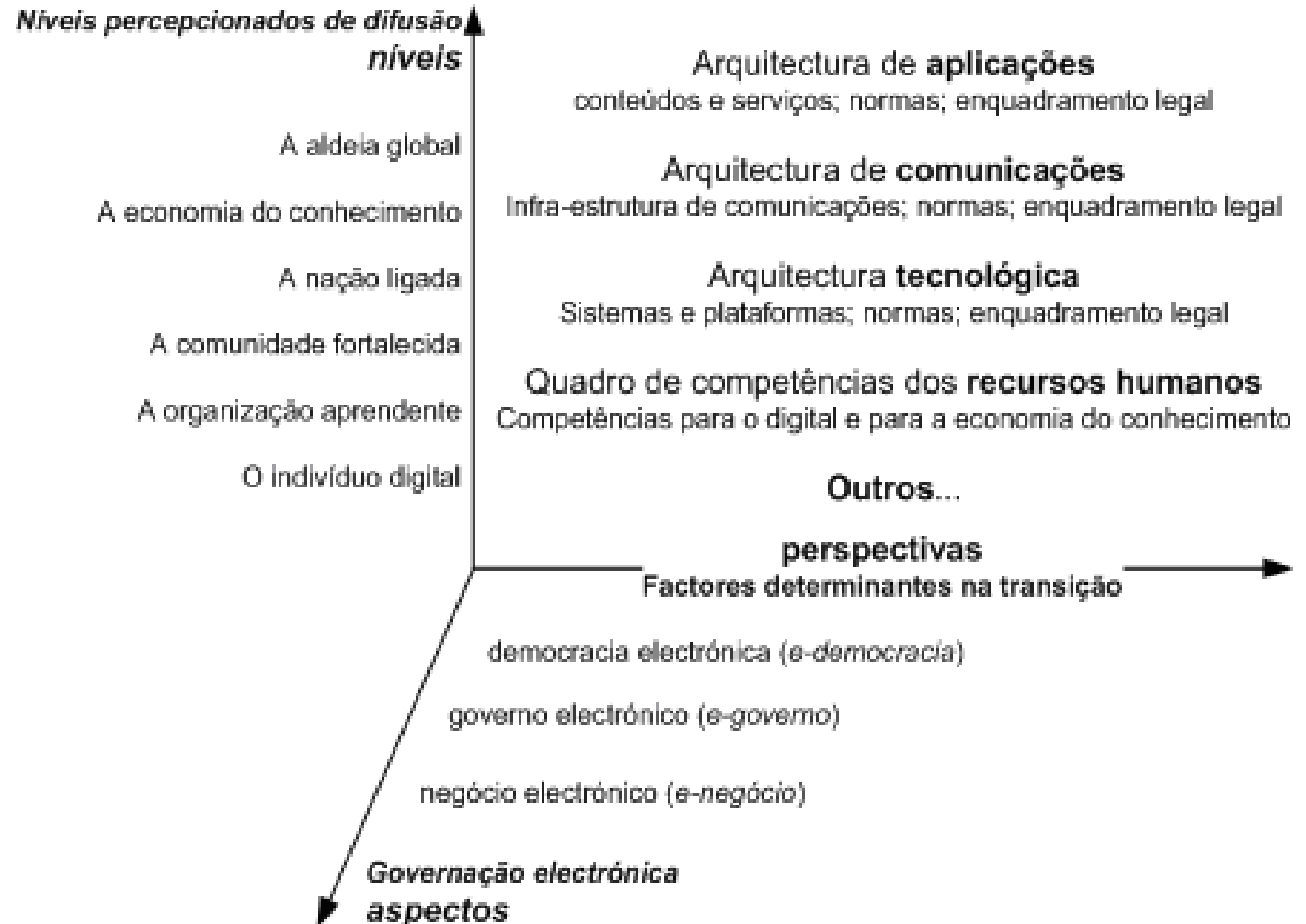
	<p>DESCENTRALIZAÇÃO Passagem de responsabilidade para autoridades locais Proximidade Devoção</p>	
<p>COMUNICAÇÃO Marketing e boas práticas Monitorização de contratos Partilha de riscos</p>	<p><i>Dimensão partilhada</i> E-GOVERNO Medir o desempenho Gestão por objectivos Reinventar o governo Orientação ao cliente e participação</p>	<p>EFICIÊNCIA Práticas de gestão Gestão de processos de negócio</p>
	<p>TRANSPARÊNCIA Gestão de desempenho Orçamentação programada Foco no cidadão</p>	

	Gestão <i>managerial</i>	Consultivo <i>consultive</i>	Participado <i>participatory</i>	Disciplinar <i>disciplinary</i>
Actores e interesses	Governo, clientes, negócios, media	Governo, clientes, negócio, grupos de interesse	Associações voluntárias, grupos de interesses, grupos autónomos	Governo, negócio, NGOs
Foco nas políticas	Marketing, eficiência, <i>accountability</i>	Descentralização, transparência, teste de políticas e inovação	Legitimidade do Estado, democracia, participação, envolvimento do cidadão nas políticas e na definição de prioridades	Bem público, vigilância, <i>accountability</i> , cumprimento da lei
Foco nos serviços	Impostos em linha, solicitação de benefícios, balcão único, pesquisa de dados de marketing, informação do governo ao público	e-votação, recolha de opiniões instantânea, petições, reuniões virtuais locais, recolha de opinião e sugestões de eleitores e grupos de interesse	Mecanismos autónomos na fronteira dos Estados, listas de discussão, tecnologias ponto a ponto, e-participação representação, adesão do cidadão e reactividade a políticas	Infra-estruturas de informação aplicáveis a serviços específicos (aplicações verticais)

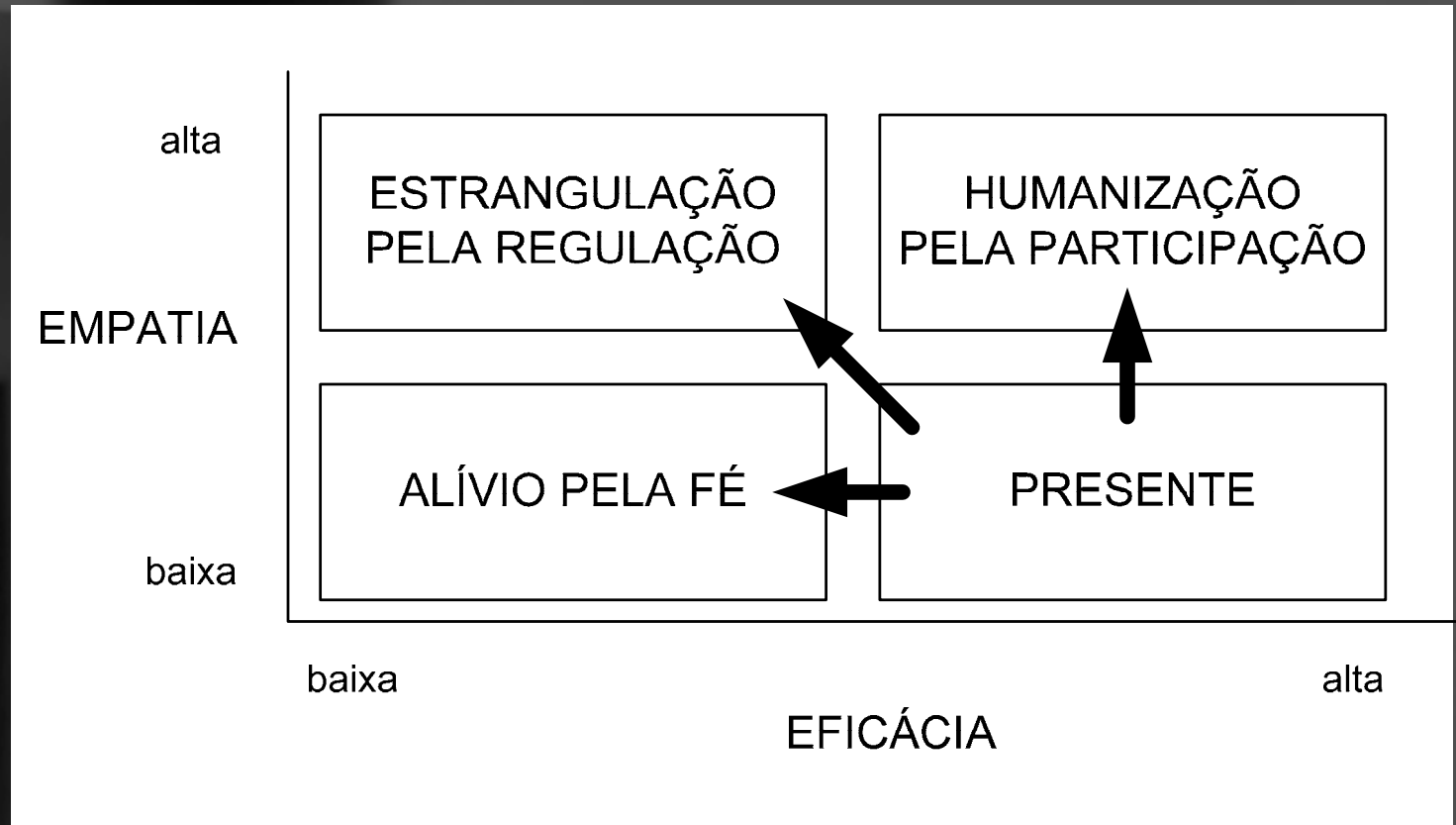
Modelo de e-governança Finger e Pécoud (2003)



Complexidade



Regulação versus humanização Ridderstrale e Nordstrom (2006)



As recomendações

- conjunto de recomendações pertinentes para potenciar modelos de governação
 - perspectiva nacional;
 - de acordo com os princípios do digital e da Sociedade de Informação e Conhecimento.
- quase 2 dezenas de recomendações; estrutura:
 - alto nível (estratégicas);
 - médio nível (táticas);
 - baixo nível (operacionais).
- as recomendações de alto e médio nível enunciam condições necessárias para o sucesso e para o devido enquadramento das medidas mais operacionais.

Recomendações críticas

- **educação:** reforço de valores e competências, promotor de comportamentos e de diversidade de pensamento (identidade individual e consciência social, do multiculturalismo e do legado cultural);
- **mobilidade:** maximizar o digital como complemento ao físico (internacionalização de indivíduos e grupos) e capacidade de mobilização, de relacionamento e de capital social;
- **infra-estrutura digital:** assegurar o uso de meios digitais quando e onde forem necessários. Baixo custo e alta disponibilidade promovem o uso e adopção de práticas “sempre ligado, sempre em acesso e acessível”.

Recomendações essenciais, mas difíceis

- **regulação:** essencial nas questões de comando e controle e na capacidade de intervenção e conciliação de interesses. Uma regulação em tempo real e capaz de ser consequente é essencial;
- **segurança:** prover mecanismos de segurança e fomentar uma cultura de segurança (desde as cópias de segurança até à codificação de informação sensível);
- **transparência:** pela simplificação de processos, diminuição radical de tempos de realização e resposta e aumento significativo de reporte de actividade. A centralização de repositórios de informação pública, integrados com as obrigações sociais, legais e fiscais parece constituir uma forma de promover a gestão da informação.

Recomendações para a governação digital (I)

- primeiro, mudar a nossa **relação com o tempo**: de tempo político (ciclos eleitorais) para tempo cultural (gerações e sua carga de competência);
- desígnio, **estratégia e prioridades** em ciclos de 10 anos, desde e a partir do primeiro nível de soberania;
- formar, **promover e estabelecer um perfil de profissionais** de carreira na administração pública central e local que zelem pelos circuitos de governação e promovam uma ética de comportamento público;
- **criar e cuidar de um mercado** de tecnologias de informação nacional pelo incremento de competências e suporte, nomeadamente no uso de *opensource* e posteriormente no aparecimento de propostas inovadoras de novos produtos e serviços de base digital;
- **desenvolver e disponibilizar infra-estruturas** de partilha e comunicação de informação a muito baixo custo (a informação é suporte no contexto actual mas define, pelo esforço associado em a obter, o custo de produção de bens);

Recomendações para a governação digital (II)

- **fomentar o aparecimento de núcleos locais** de produção de conhecimento em temas relacionados com as tecnologias de informação e comunicação, interpretando e produzindo a cultura de proximidade;
- **cuidar** a mobilidade, o ambiente, o território, a segurança, o legado cultural, a preservação da memória histórica, a partilha de conhecimento num contexto de proximidade (todo o casco antigo das cidades nacionais deve reinventar-se neste contexto);
- **valorizar a intervenção humana**, a organização do espaço social, a manutenção e controlo de custos de energia, comunicações e transportes (mas sempre numa lógica de valor para indivíduo e para o espaço social – valor público);

Recomendações para a governação digital (III)

- **assegurar estabilidade** social e garantir a capacidade de permanência das populações no território, em especial promovendo saldos demográficos e etários competitivos em termos globais;
- **reinventar** as instituições de ensino superior (em especial, as Universidades) como locais de confrontação e produção de conhecimento (tal exige coragem mas cria centralidades únicas ao território, pelas oportunidades que cria);
- reorganização e promoção da **identidade territorial** para o interface cidadão-Estado: mapeamento territorial de proximidade em organismos como centros de emprego, centros de saúde, repartições de impostos, entre outros, ajuda a uma melhor arquitectura de informação, facilitando o entendimento e a comparabilidade. Produzir uma matriz de relacionamento destes factores que tenha a coragem de questionar (e alterar!) a actual divisão **político-administrativa** do território.

Nota Biográfica Luís Borges Gouveia



Twitter: [lbgouveia](#)

blogue: <http://lmbg.blogspot.com>

homepage: <http://www.ufp.pt/~lmbg>

email: luis.borges.gouveia@gmail.com

*Professor Associado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da
Universidade Fernando Pessoa*

Doutorado em Ciências da Computação, *University of Lancaster* (UK), Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (FEUP) e Licenciatura em Informática (UPT)
Autor de 10 livros e cerca de 200 publicações de natureza científica em conferências nas suas áreas de especialidade: *e-learning*, *e-government* e a Gestão da Informação